



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007302-75.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF - 1617/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 454/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JULIO CARLOS DE LIMA DE OLIVEIRA**
 Vítima: **Hotel Anacã São Carlos Ltda e outro**

Aos 03 de abril de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu JULIO CARLOS DE LIMA DE OLIVEIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: JULIO CARLOS DE LIMA DE OLIVEIRA, qualificado a fl. 53, foto a fl.58, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal, porque em 18.07.16, durante a madrugada, na Avenida São Carlos, nº 2690, Jardim Macarenco, no interior do Hotel Anacã, em São Carlos, subtraiu para si, mediante arrombamento de obstáculo, 01 (uma) mesa de som, marca *Europower*, 06 (seis) lâmpadas fluorescente, 08 (oito) toalhas e 01 (uma) maleta contendo dois cabos e uma extensão, bens avaliados em R\$6.100,00, pertencentes ao referido hotel. **A ação é procedente**. A prova produzida em juízo confirmou a autoria do furto qualificado. A materialidade do crime está comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls.72/73, auto de entrega de fls.74/75 e pelo laudo pericial de fls.90, que comprovou que houve arrombamento da porta de madeira que dava acesso a área externa do hotel, mediante aplicação de força mecânica. A policial militar Raquel confirmou os fatos na denúncia, que confirmou que encontrou o réu em poder dos objetos furtados. O réu é primário (fls.84/85), sendo inimputável, conforme laudo de fls.186/187. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. Ademais, a confissão foi espontânea e precedida de entrevista reservada com a Defensoria Pública, momento que teve a oportunidade de conhecer o conjunto e a totalidade da prova. Estava acompanhado de familiar, inclusive. A admissão do delito nesses termos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

representa para a defesa expressão da autodeterminação do agente e, além disso, possibilidade de responsabilização penal mais branda. O laudo pericial atesta a inimputabilidade e não recomenda internação, razão pela qual requeiro a aplicação exclusiva de tratamento ambulatorial. Requer-se, por fim, a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. JULIO CARLOS DE LIMA DE OLIVEIRA, qualificado a fl. 53, foto a fl.58, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal, porque em 18.07.16, durante a madrugada, na Avenida São Carlos, nº 2690, Jardim Macarenco, no interior do Hotel Anacã, em São Carlos, subtraiu para si, mediante arrombamento de obstáculo, 01 (uma) mesa de som, marca *Europower*, 06 (seis) lâmpadas fluorescente, 08 (oito) toalhas e 01 (uma) maleta contendo dois cabos e uma extensão, bens avaliados em R\$6.100,00, pertencentes ao referido hotel. Recebida a denúncia (fls.81), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.158). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo desistência quanto as testemunhas faltantes. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição imprópria, com aplicação de tratamento ambulatorial. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. O arrombamento está provado pelo laudo de fls.90 e a inimputabilidade pelo laudo de fls.187. Referido laudo indica a suficiência do tratamento ambulatorial, posto que não há agressividade ou violência na conduta do réu, sendo a doença controlável por medicação que, aparentemente, vem surtindo efeito, segundo observado hoje na conduta do réu em audiência, com raciocínio claro, informando que está à procura de emprego, com chance de trabalho. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** JULIO CARLOS DE LIMA DE OLIVEIRA com fundamento no artigo 386, VI, do Código de Processo Penal. Em consequência, imponho-lhe **medida de segurança**, consistente em tratamento ambulatorial, **pelo prazo mínimo de 01 (um) ano**, nos termos artigo 96, II, do CP, considerada suficiente para a perícia para o adequado tratamento do acusado. Transitada em julgado, expeça-se guia para a execução. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: